



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FAJS
CURSO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA II
PROFESSOR ORIENTADOR: CARLITO ZANETTI

GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA:
A CRISE DO SUDESTE ASIÁTICO E SEUS REFLEXOS NA
ECONOMIA BRASILEIRA

NATHALIA DA SILVEIRA DERENGOWSKI
MATRÍCULA: 996719/3

Brasília/DF, dezembro de 2003.

NATHALIA DA SILVEIRA DERENGOWSKI

**GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA:
A CRISE DO SUDESTE ASIÁTICO E SEUS REFLEXOS NA
ECONOMIA BRASILEIRA**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB.

Brasília/DF

2003

NATHALIA DA SILVEIRA DERENGOWSKI

**GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA:
A CRISE DO SUDESTE ASIÁTICO E SEUS REFLEXOS NA
ECONOMIA BRASILEIRA**

Banca Examinadora:

Prof. Carlito Roberto Zanetti
(Orientador)

Prof. Renato Zerbini Ribeiro Leão
(Membro)

Prof. Marco Antonio Meneses da Silva
(Membro)

Brasília/DF, de de 2003.

Agradeço, carinhosamente, pela atenção em
momentos decisivos às amigas Solange
Mescouto e Juliana Neiva Carneiro

RESUMO

Este trabalho possui como objetivo estudar as características do processo de Globalização em seu aspecto financeiro. Para tanto, serão apresentados alguns conceitos de globalização, bem como o que este fenômeno representou nas últimas duas décadas, e o que ocasionou em termos econômicos para os países em desenvolvimento, com enfoque na economia brasileira. Ainda sob este prisma, ressalta-se também nesta pesquisa monográfica a importância do Consenso de Washington no cenário de abertura comercial, presente nas políticas financeiras e comerciais adotadas pelos países emergentes.

Frente às bases firmadas pela Globalização Financeira, a Crise do Sudeste Asiático apresenta-se como uma consequência da interdependência econômica estabelecida em diversas transações comerciais. Diante de tamanha interdependência financeira, a partir de dados coletados, busca-se provar que os reflexos da Crise Asiática alcançaram os principais centros financeiros do mundo, atingindo de forma decisiva o Brasil.

Assim, esta pesquisa em sua conclusão, diante da seqüência de temas abordados, busca demonstrar que o processo de Globalização não respeita qualquer tipo de fronteira entre as nações. Prova disto foi a tamanha repercussão atingida pela crise financeira do Sudeste Asiático, que como exposto, afetou a economia brasileira.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	01
2.	CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL	04
3.	GLOBALIZAÇÃO	12
3.1.	A COMPREENSÃO DO FENÔMENO	12
3.2.	O SURGIMENTO DA GLOBALIZAÇÃO	14
3.3.	O CONSENSO DE WASHINGTON	16
3.3.1.	<i>As Conseqüências do Consenso de Washington na Economia Brasileira</i>	18
4.	INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E A INSERÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NA ECONOMIA BRASILEIRA	20
5.	A CRISE DO SUDESTE ASIÁTICO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS NA ECONOMIA BRASILEIRA	32
6.	CONCLUSÃO	48
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: Financiamentos no Mercado Financeiro Internacional	09
TABELA 2: Fluxos Internacionais de Capitais (em termos líquidos)	09
TABELA 3: Brasil, Japão, EUA, Espanha – Coeficientes de exportação e importação da indústria manufatureira.	23
TABELA 4: Fluxos de Investimentos Externos Diretos – Brasil e mundo, 1971/90	25
TABELA 5: Entradas e saídas de Investimentos Diretos Esternos	26
TABELA 6: Evolução da participação relativa das vendas de empresas privadas estrangeiras e nacionais, e estatais, entre as 500 maiores	27
TABELA 7 : Participação (%) das empresas transnacionais na indústria de transformação no Brasil e nos EUA, por setor	28
TABELA 8: Nível e composição do valor agregado – Chile, Argentina, México, Brasil e OCDE	31
TABELA 9: Evolução do Produto em países do Leste da Ásia, 1970 – 1999	34
TABELA 10: Investimento Direto Estrangeiro: (US\$ bilhões), 1994-2000	41

TABELA 11: Brasil: Evolução na taxa de desemprego (em %).	44
TABELA 12: Principais indicadores da economia brasileira em 1997	45
TABELA 13: Fluxos Líquidos de capitais para Ásia e América Latina (US\$ bilhões), 1990-2000	47

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Índice Bovespa (out. 96 a set. 97)	42
GRÁFICO 2: Variação Bolsa Paulista (26 out. a 31 out. de 1997)	43
GRÁFICO 3: Reservas Internacionais – Brasil (1994 – 1999)	43

1. INTRODUÇÃO

A economia mundial, de fato, passou por grandes transformações, nestas duas últimas décadas, em todos os seus setores. Na produção de bens e serviços, sejam estes sofisticados ou não, houve uma uniformização das novas técnicas produtivas e administrativas e, portanto, uma semelhança cada vez maior das estruturas da demanda e oferta nos diferentes países. No que diz respeito ao setor monetário, muitos são os indicadores usados para descrever os intensos e contínuos fluxos de capitais entre os países, os quais provocam mudanças na estrutura produtiva de cada um deles e contribuem para o aumento da competitividade internacional.

Tais transformações na economia mundial caracterizaram um processo conhecido como globalização, o qual possui seus antecedentes associados à redução do dinamismo da economia norte-americana desde o final dos anos 60, em paralelo ao dinamismo das exportações asiáticas, e à redução do ritmo da produtividade nas economias norte-americana e européia. Pode-se ainda, entender que a globalização teve sua origem diante das condições favoráveis ao crescimento do comércio internacional que sucederam a Segunda Guerra Mundial. Surgiu desta forma a noção de uma economia mundial, e sob uma visão estritamente econômica, surgiu a globalização financeira.

A globalização financeira é um fenômeno que está intimamente associado à desregulamentação dos mercados financeiros, e que sob seu ponto de vista, as relações internacionais contemporâneas podem ser caracterizadas pela incerteza, complexidade e ambigüidade dos acontecimentos, os quais estão fortemente correlacionados entre si devido à crescente dependência entre mercados e países. Além disso, as mudanças na configuração do poder mundial, situação ainda

indefinida desde o período pós guerra-fria, assim como o crescente aumento dos fluxos de bens, capital, trabalho, informação e tecnologia entre os agentes econômicos de várias partes do mundo, originaram a geração de uma rede complexa de transações globais.

Essa mundialização dos mercados, ao tempo em que integrou a economia internacional, originou uma interdependência entre diferentes países. A crise do Sudeste Asiático demonstrou claramente as conseqüências dessa globalização, e teve a sua origem devido a um intenso ciclo de crescimento que esgotou-se.

As origens da crise asiática residiram no fato de que países como a Tailândia, Malásia, Indonésia, Coreia do Sul e Filipinas mostravam indícios claros de estar vivendo o processo de esgotamento de um ciclo expansionista clássico. Características como a expansão vertiginosa do crédito, o excesso de endividamento externo, o sobreinvestimento, com os investimentos superando em muito a poupança, e a ocorrência de “boom” imobiliário levaram à percepção de que o ciclo sincronizado de crescimento na região estava chegando ao final. Esses fatores, aliados ao prolongamento da crise no Japão, levaram à conclusão de que as moedas asiáticas estavam desalinhadas frente ao dólar, tornando-as vulneráveis a ataques especulativos. Com as desvalorizações sucessivas nas moedas do Sudeste Asiático, Hong Kong passou a ser objeto de dois tipos de aposta: em primeiro lugar, a de que não conseguiria manter a paridade de sua moeda frente ao dólar, o que vinha ocorrendo há quinze anos; em segundo lugar, havia a preocupação com relação aos efeitos, sobre a competitividade de Hong Kong, das desvalorizações que estavam sendo implementadas nos outros países asiáticos. Esses fatores geraram a percepção de que os ativos financeiros na região estavam necessitando de uma correção, o que provocou a queda da Bolsa de Hong Kong, que caiu cerca de 30% entre os dias 20 e 27 de outubro de 1997.

A Crise do Sudeste Asiático, assim como suas conseqüências para a economia brasileira, refletiram com clareza a interdependência existente na economia mundial, pois desencadeou um “efeito dominó”, derrubando os índices nas principais bolsas de valores do mundo. Tanto os países denominados “tigres asiáticos”, quanto o Brasil eram, à época da crise, economias em desenvolvimento, o que lhes conferia certas características em comum, como a recente liberalização de seus mercados.

É nesse contexto que o presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos da globalização financeira sobre a economia brasileira, destacando a crise do Sudeste Asiático como um acontecimento proveniente da internacionalização da economia. O tema abordado levará em consideração a base teórica e empírica das discussões apresentadas em livros, textos especializados no assunto, bem como pesquisas via internet.

Este trabalho foi planejado para apresentar, inicialmente, as principais características e as mudanças mais marcantes no Sistema Financeiro Internacional nas duas últimas décadas, talvez como preparação do cenário adequado para o surgimento e domínio da globalização, particularmente em sua versão financeira. A segunda parte será dedicada à globalização propriamente dita, com ênfase nos fatores determinantes desse processo, bem como um breve histórico seguido de alguns pontos de vista adotados no processo globalizatório. Numa terceira parte será abordada a internacionalização da produção e a profundidade da inserção do capital estrangeiro na economia brasileira, ou seja, formas e modalidades que assumiu. A quarta parte referir-se-á à crise do Sudeste Asiático e suas características, com destaque para os seus reflexos sobre a economia brasileira.

2. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

O Sistema Financeiro Internacional é um conjunto de medidas políticas e jurídicas, que objetivam a regulamentação e institucionalização das relações financeiras entre os estados para viabilizar a interação das economias nacionais com a economia internacional, através da conversibilidade das taxas cambiais e adoção de um padrão monetário.¹ No campo das Relações Internacionais, um exemplo claro da atuação das medidas do Sistema Financeiro Internacional é a Organização Mundial do Comércio – OMC, que regula o funcionamento do mercado mundial através de normas internas e respeitando as leis internas de cada nação.

Este Sistema Financeiro tem-se caracterizado por três fenômenos marcantes nos últimos anos. O primeiro tem origem nos países desenvolvidos e é conhecido como globalização financeira. O segundo fenômeno pode ser observado de forma mais contundente em um número expressivo de países em desenvolvimento e caracteriza-se pela maior liberalização cambial ou conversibilidade. Finalmente, o terceiro fenômeno é o da crescente vulnerabilidade externa, principalmente de países em desenvolvimento, que implementaram processos de estabilização e ajuste centrados em uma profunda e ampla articulação com o sistema financeiro internacional².

A globalização ou integração financeira, particularmente, caracteriza-se pela constituição de um mercado financeiro único no mundo, e está intimamente associada à desregulamentação dos mercados financeiros locais, com transações muito acima do volume de comércio de bens e serviços ou de investimentos. Entretanto, o processo de globalização financeira não é tão recente. Historicamente, seus antecedentes estão associados à redução do dinamismo da economia norte-americana desde o final da década de 60, simultaneamente ao

¹SILVA, Roberto Luiz; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *O Brasil e os acordos econômicos internacionais: Perspectivas jurídicas e econômicas com o FMI*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

“boom” das exportações asiáticas e à diminuição da produtividade nos principais eixos econômicos tradicionais. Com todos esses acontecimentos, e para fazer face aos problemas de inflação crescente com queda no ritmo de atividade econômica, a famosa estagflação, os Estados Unidos e alguns países europeus adotaram políticas liberais de desregulamentação dos principais mercados (financeiros, de transporte e de comunicações) e aumentaram as taxas de juros, simultaneamente. Tais medidas estimularam o avanço tecnológico, nos setores de comunicação e de informação, áreas-chaves para o processo de globalização. As revoluções da informática e das comunicações, por sua vez, permitiram novos desenvolvimentos na área financeira, os quais geraram benefícios para o comércio internacional. No entanto, principalmente nos países de economia emergente, efeitos negativos surgiram em suas políticas internas, os quais foram agravados pelo surgimento de uma instabilidade crônica nos sistemas bancários e, por consequência, em toda a economia. A razão para o aparecimento desses problemas internos teria sido a falta de salvaguardas e de soberania governamental sobre o sistema, pois com a revolução da informática e das comunicações via satélite os riscos financeiros tenderam a aumentar, visto que movimentos especulativos internacionais tornaram-se muito rápidos. Desta forma, o tempo hábil para a verificação de boatos e, se necessário, uma intervenção prévia, diminuiu drasticamente, o que determinou que as intervenções governamentais fossem muito mais custosas.³

Essa situação contribuiu para intensificar a expansão do Sistema Financeiro Internacional e aumentar a concorrência entre as instituições internacionais. Em decorrência disso, houve uma queda da participação relativa do setor bancário nas finanças internacionais e foram criados novos atrativos de aplicações, os quais sustentavam a própria liquidez do sistema financeiro. Além disso, sob o ponto de vista da economia liberal, a função primordial do sistema financeiro internacional é transferir o capital acumulado para onde sua taxa

² BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

³ DARTHEIN, Ricardo. *De Bretton Woods à Globalização Financeira: Evolução, Crises e Perspectivas do Sistema Monetário Internacional*.

marginal de retorno seja mais elevada e, portanto, onde ele possa ser aplicado com maior eficiência. Deste modo houve um acréscimo dos recursos em circulação destinados a terceiros mercados, principalmente aos “paraísos fiscais” que, conseqüentemente, aumentaram as disponibilidades financeiras em áreas fora do controle das autoridades fiscais e monetárias dos países que deram origem a tais recursos, assim como os efeitos da desregulamentação dos mercados financeiros não prejudicou os fluxos dos investimentos externos diretos.

Dados estatísticos mostram que a relação entre o estoque de investimento externo e a produção mundial dobrou, passando de 4,4% em 1960, para 8,5% em 1990. O investimento externo tornou-se mais dinâmico do que a poupança nacional, ao mesmo tempo que a movimentação financeira passou a superar em grande escala os sistemas financeiros nacionais (Agosin e Tussie, 1994, UNCTAD).

Para entender a rápida transformação ocorrida é necessário esclarecermos como funciona o sistema financeiro, que é composto, basicamente, pelos mercados de capitais e monetário.

O mercado de capitais abrange toda a rede de bolsas de valores e instituições financeiras (bancos, companhias de investimentos e de seguros) que operam com compra e venda de papéis (ações, títulos de dívida em geral) a longo prazo. O mercado monetário opera a curto prazo, abrangendo o mercado de divisas. Como pode ser constatado, os países capitalistas mais desenvolvidos possuem esses mercados fortes e dinâmicos, o que torna evidente a disparidade entre os países industrializados e a grande maioria dos países em desenvolvimento, no comportamento dos fluxos de recursos financeiros internacionais.

O sistema financeiro internacional vincula as economias individuais no conjunto chamado economia internacional e contribui para o seu dinamismo, mas é também o seu componente mais frágil. Os fluxos de capital especulativo e voláteis podem ser uma fonte importante da instabilidade econômica global, uma vez que o sistema financeiro internacional está sujeito inerentemente a “manias, pânico e estouro”. Sofre crises periódicas de endividamento e fluxos desestabilizadores de investimento especulativo ⁴ (O-Belchior, 1987), em busca de um “porto seguro” ou de taxas de juros mais altas. No entanto, em um mundo dividido em Estados competitivos, as finanças internacionais geram também consequências políticas significativas, criam relações de dependência e constituem uma fonte importante do poder nacional. Tanto o investimento estrangeiro como a assistência oficial governamental implicam uma penetração em outras economias e, em muitos casos, levam a uma influência persistente sobre as atividades internas do país beneficiado. Embora as relações comerciais e monetárias possam também influenciar a economia, o investimento externo, a assistência e os empréstimos internacionais tendem mais a criar um relacionamento de dependência, entre superior e subordinado, o que provoca acusações de imperialismo.⁵

Em breve análise a respeito deste citado imperialismo, Gilpin destaca que as finanças internacionais estão estreitamente relacionadas com o exercício da influência sobre os assuntos econômicos e políticos internacionais pelo poder hegemônico. Desta forma, introduz a idéia de que a potência hegemônica administra o sistema financeiro internacional, ao tempo em que é o seu principal beneficiário, sendo a fonte primária de capital para as economias em desenvolvimento. Sua moeda tem a particularidade de poder lastrear as relações financeiras globais, e no caso de ocorrência de uma crise financeira, esta potência hegemônica é o único ator que pode desempenhar o papel daquilo que Charles Kindleberger chamou de *lender of last resort* – “a derradeira fonte de

⁴ O autor define especulação financeira, ou especulação propriamente dita, o fato de comprar ações e debêntures, isto é, títulos de propriedade de capital fixo com a intenção, não de guardá-los, mas de os revender seja com lucro, seja também com prejuízo, isto é, em uma palavra, o comércio de títulos.

⁵ GILPIN, Robert. A economia política das Relações Internacionais. Brasília, Editora UNB, 2002.

financiamento” – que possui como funções, basicamente, fornecer dinheiro ou liquidez a empresas insolventes, dando-lhes, com isso, tempo para resolver suas dificuldades. No século XIX, essa responsabilidade de administrar e de superar as crises financeiras cabia à Grã-Bretanha; desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o sistema financeiro internacional tem sido conduzido pelos Estados Unidos. No entanto, com o declínio da hegemonia norte-americana, atualmente o cenário financeiro internacional encontra-se sem uma clara liderança econômica.

Em retrospecto aos acontecimentos financeiros internacionais, a década de 70 destacou-se, não apenas pela ocorrência de duas crises do setor petrolífero, nos anos de 1973 e 1979, mas também pelo fácil acesso de países em desenvolvimento ao mercado financeiro internacional, o que ocasionou uma retração do crescimento nas grandes potências econômicas e uma exportação líquida de capitais destas economias para as demais. Na década seguinte, após a crise da dívida, a retomada do crescimento nas nações industrializadas, baseada num crescente financiamento internacional, manteve as economias em desenvolvimento, com exceção das asiáticas, sob uma forte restrição financeira externa. No período de 1984 - 1990, o mercado financeiro internacional voltou a expandir-se fortemente, estimulado principalmente pelo crescimento e a retomada dos investimentos nos países industrializados.

Como se pode notar na tabela 1, na segunda metade da década de 80, o volume anual de créditos internacionais dobrou, e a colocação líquida de títulos quase triplicou em relação à média dos cinco anos anteriores. Observa-se também que estes recursos mantiveram-se concentrados nas regiões desenvolvidas. Este descompasso se manifestou da mesma forma na década de 90, constatando-se novamente, a partir de 1991, uma entrada de volume significativo de recursos financeiros voluntários para a região em desenvolvimento (ver tabela 2), período em que, inclusive, há um resfriamento do mercado financeiro internacional (ver tabela 1), devido a uma retração do crescimento deste mercado nos países industrializados entre 1991 e 1992.

TABELA 1**Financiamentos no Mercado Financeiro Internacional (US\$ Bilhões)**

	Média Anual		1990	1991	1992	1993
	1980-1984	1985-1990				
A. Créditos Internacionais	119	294	465	80	195	165
Líquidos						
B. Colocação Líquida de Títulos	53	157	165	205	160	257
C. A. + B = Total	172	451	630	285	355	422

Fonte: BIS, "Annual Report", julho de 1985, 1989, 1992, 1994

TABELA 2**Fluxos Internacionais de Capitais (em termos líquidos) US\$ Bilhões**

	Médias Anuais			1991	1992	1993 ¹
	1976-80	1981-85	1986-90			
Estados Unidos	-9,3	55,9	99,7	-13,5	24,4	41,3
Japão	-0,3	-23,0	-63,9	-90,0	-118,9	18,0
Europa Ocidental	27,1	2,6	15,3	75,0	55,7	-20,6
Países em Desenvolvimento						
NICs Asiáticos ²	4,1	3,5	-6,0	3,5	5,0	7,2
Outros Asiáticos	6,4	15,2	22,3	36,0	48,1	50,0
América Latina	22,6	12,5	8,8	34,2	57,5	67,4

Fonte: BIS, "Annual Report", junho 1994

Notas: Sinal negativo indica saída de capitais.

¹ Parcialmente estimado

² NICs – Newly Industrialized Countries, excluindo Hong Kong.

A tabela 2 nos mostra os fluxos de capitais internacionais em diferentes países do mundo ao longo dos anos 80 e início da década de 90. Nota-se que tais fluxos nos países em desenvolvimento, bem como na Europa Ocidental, de modo geral, apresentaram caráter ascendente. O mesmo não ocorreu com as potências Estados Unidos e Japão, sendo que a primeira apresentou forte queda nos fluxos internacionais no início da década de noventa, mas conseguiu retomar seu crescimento em 1992. Por outro lado, o fraco desempenho, segundo a tabela em análise, apresentado pelo Japão e a brusca queda dos fluxos internacionais de capitais, de 1990 a 1992, explica-se pelo movimento dos preços das ações, de meados da década de 80 ao início da década de 90.⁶ (BLANCHARD, 2001).

Diante desses acontecimentos, pode-se resumir a idéia de que os fluxos de recursos financeiros para os países tomadores de capitais está condicionado pela dinâmica do crescimento dos países credores e pela absorção de seus próprios agentes, o que indica um comportamento distinto entre as regiões desenvolvidas e em desenvolvimento (BIS. *Anual Report*, 1994 – 64 th). As mudanças históricas e institucionais que caracterizaram os mercados financeiros internacionais nas últimas décadas tem que conviver com instabilidades, que ficaram mais acentuadas com o processo de globalização. A desregulamentação do mercado financeiro implicou na dissolução de barreiras funcionais entre atividades bancárias e outras, aumentando o risco para todo o sistema. Um agravante adicional é que o mercado de títulos proporciona oportunidades de riscos adicionais para aquelas instituições mais agressivas.

⁶ Segundo Blanchard, para a maioria dos analistas, o baixo crescimento japonês na década de 90 é justificado pelo movimento dos preços das ações de meados da década de 80 ao início da década de 90, que pode ser explicado pela evolução do índice *Nikkei*, o índice do mercado de ações japonês. De 1985 a 1989, o Nikkei subiu de cerca de 13 mil pontos para 35 mil; em outras palavras, o preço médio de uma ação na bolsa de valores japonesa triplicou em menos de 4 anos. Este acentuado aumento foi seguido, no início da década de 90, por uma queda igualmente acentuada. Em menos de dois anos, de 1990 a 1992, o Nikkei caiu de 35 mil para 16 mil. Muitos economistas interpretam esses aumentos e quedas do Nikkei como uma bolha especulativa, um crescimento excessivo nos preços das ações na década de 1980 seguidos por uma queda substancial e uma volta à realidade no início da década de 90.

Esse novo cenário financeiro aumentou também o papel desempenhado pelas forças de mercado, produzindo vários efeitos, como a crescente internacionalização e integração dos sistemas financeiros; maior influência sobre os mercados nacionais; expansão dos instrumentos financeiros disponíveis e institucionalização da poupança. Os choques causados pelos ciclos especulativos, portanto, passaram a ser mais facilmente transmitidos, suscitando preocupação quanto à volatilidade dos recursos. A especulação financeira com os ativos transacionados em mercados secundários (onde os agentes econômicos fazem as transações nas bolsas de valores) e derivativos assumiu proporções inimagináveis, gerando ciclos especulativos para a formação de preços de ativos líquidos que inevitavelmente provocam crises.

Diante de todos os aspectos abordados referentes ao fenômeno da globalização financeira, concluímos que o referido processo ora em análise apresenta características marcantes que atingem de forma agressiva as economias nacionais, mormente dos países em desenvolvimento, o que resulta na interdependência e na convergência de tais políticas econômicas.

3. GLOBALIZAÇÃO

3.1. A COMPREENSÃO DO FENÔMENO:

A globalização, face à sua complexidade, é um fenômeno que enseja vários enfoques para sua abordagem. Segundo Boaventura de Sousa Santos

“[...] uma visão dos estudos sobre o processo de globalização mostra que nos encontramos frente a um fenômeno polifacético com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, combinadas das maneiras mais complexas. [...] Ademais, devido à sua complexidade, variedade em amplitude, o processo de globalização está conectado a outras transformações no sistema mundial que sem dúvida não são reduzíveis a ele, tais como a crescente desigualdade a nível mundial, a explosão demográfica, a catástrofe ambiental, a proliferação de armas de destruição massiva, a democracia formal como condição de assistência internacional a países periféricos e semiperiféricos”. (SANTOS, Boaventura, p.39)⁷

Segundo Anthony Giddens (1991, p. 69) a globalização pode ser definida, “[...] como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que os acontecimentos locais são modelados por eventos ocorridos a muitas milhas de distância e vice-versa.”⁸

David Held entende que esta visão da globalização evidencia dois fenômenos distintos. Primeiramente, que muitas atividades no âmbito político, econômico e social estão adquirindo uma dimensão global. Além disso, que está

⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa, *Glóbalización del derecho*, p. 39

⁸ GIDDENS, Anthony, *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991

ocorrendo uma grande intensificação das interações e interconexões dentro e entre os Estados e sociedades.⁹

A partir de tal panorama, Held destaca os aspectos novos do sistema global:

[...] é a expansão das relações sociais em e através de novas dimensões de atividade – tecnológica, organizacional, administrativa e legal, entre outras – e a intensificação crônica das pautas de interconexão impulsionada por fenômenos tais como as redes de comunicação modernas e a nova tecnologia de informação. A política se desprega hoje em dia, com toda a incerteza e indeterminação de costume, contra o telão de fundo moldado e permeado pelo movimento de bens e capitais, o fluxo de comunicação, o intercâmbio cultural e o trânsito de pessoas.¹⁰

Como explícito, a globalização possui diversas dimensões, entretanto, para a satisfação deste trabalho, a faceta econômica deste fenômeno internacional representa uma importância adicional. Assim sendo, torna-se essencial particularizar sua análise. Segundo se depreende da visão de René Armand Dreifuss:

[...] a globalização se assenta na crescente horizontalização econômica dos espaços através das fronteiras nacionais, integrando agentes e processos de pesquisa, desenvolvimento, produção e comercialização – nas suas múltiplas e complexas dimensões, graças aos meios e métodos de circular, rapidamente, por grandes distâncias e sem restrições, idéias, pessoas e bens”(DREIFUSS, 1997)

Na visão de BAUMANN, do ponto de vista estritamente financeiro, a globalização corresponde a um aumento do volume e da velocidade de circulação desses recursos, com efeito significativo sobre as diversas economias, onde se verificam temores de que essa mobilidade crescente leve a movimentos especulativos em grande escala, como de fato já se verificou recentemente no Sudeste Asiático, levando a significativa desestabilização macroeconômica.

⁹ HELD, David. *La democracia y el orden global*, p. 43.

¹⁰ HELD, David. *La democracia y el orden global*, p. 43.

A fim de completar a análise da globalização econômica, devemos destacar as empresas internacionais e o seu papel no mundo globalizado. Para Chesnais a definição destas empresas possui um elemento importante, ou seja, a amplitude de sua constituição como grupo, este sendo entendido a partir da definição de F. Morin:

[...] que se devia entender por grupo o conjunto formado por uma matriz (normalmente chamada holding do grupo) e as filiais controladas por ela. A matriz é portanto, em primeiro lugar, um centro de decisão financeiro, ao passo que as firmas sob seu controle, na maioria das vezes, não passam de empresas que exploram alguma atividade. Assim o papel essencial da matriz é a permanente arbitragem das participações financeiras que detém, em função da rentabilidade dos capitais envolvidos. É a função de arbitragem da matriz que confere caráter financeiro ao grupo. (CHESNAIS, 1996, p. 75-76).¹¹

3.2 O SURGIMENTO DA GLOBALIZAÇÃO

O surgimento da globalização também é retratado por Liszt Vieira (1998, p. 77), quando da apreciação da dimensão econômica da globalização: O ponto de partida da globalização é o processo de internacionalização da economia, que desde a Segunda Guerra Mundial se mantém ininterrupta. Por internacionalização da economia mundial entende-se um crescimento do comércio e do investimento internacional mais rápido do que o da produção conjunta dos países, o que amplia as bases internacionais do capitalismo (incorporação de mais áreas e nações) e une progressivamente o conjunto mundial num circuito único de reprodução das condições humanas de existência.

A pré-história da globalização situa-se na década de 60, quando as áreas periféricas da economia mundial começaram a ser sacudidas pela expansão da empresa nacional, pela "nova divisão internacional do trabalho", os empréstimos

bancários “baratos” do mercado do eurodólar e o *boom* petrolífero mundial. Na década de 80, após a crise de meados dos anos 70/80, tem início uma nova história: o mundo industrial é sacudido por uma profunda reestruturação capitalista, sustentada tecnicamente na revolução da informática e das comunicações, tornando possível a descentralização espacial dos processos produtivos. A nova tecnologia tem grande influência em todos os campos da vida econômica, revolucionando o sistema financeiro, pela conexão eletrônica dos diferentes mercados. Esse processo é complementado pelas privatizações, desregulamentação e “flexibilização” dos mercados, intensificação da concorrência internacional entre capitais privados e nacionais, compondo-se um quadro que modifica o funcionamento do mercado mundial, acelerando a internacionalização e gerando um conjunto de fenômenos novos, dentre os quais destacam-se:

1. a crescente unificação dos mercados financeiros internacionais e nacionais num circuito único de mobilidade de capital;
2. a acelerada regionalização do espaço econômico mundial;
3. a generalização de associações entre as corporações transnacionais de diferente base nacional;
4. a necessidade de coordenação das principais políticas econômicas nacionais, traduzida na criação do G-7.

Como resultado, temos uma nova configuração espacial da economia mundial, que passou a denominar-se “globalização”.

¹¹ CHESNAIS, François, *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996

3.3 O CONSENSO DE WASHINGTON

Em debates que tratam sobre o processo de globalização é interessante fazer uma alusão ao Consenso de Washington, uma vez que tal Consenso, conforme suas características, consiste na própria divulgação do termo globalização.

O Consenso de Washington foi elaborado, em 1989, pelo governo norte-americano juntamente com diferentes organizações internacionais, e representava um conjunto de reformas essenciais para que os países em desenvolvimento pudessem superar as conseqüências das crises econômicas sofridas no decorrer da década de 80, e para que estes mesmos países retomassem o caminho do crescimento, dado diagnóstico econômico de dívida externa elevada, estagnação financeira, inflação crescente, recessão e desemprego.

As conclusões do Consenso de Washington, no que tange às suas recomendações, podia ser dividido em três capítulos fundamentais. O primeiro referia-se às políticas macro-econômicas e recomendava rigorosa austeridade fiscal e disciplina monetária, donde se seguia, em forma direta, a exigência de um programa de corte de gastos, de implementação de reformas administrativas, previdenciárias e fiscais, consideradas indispensáveis para o sucesso dos programas de estabilização monetária que vieram a ser implementados em quase todos os países latino-americanos e do Leste Europeu.

A segunda ordem de reformas e propostas do Consenso era de natureza microeconômica. Tinha como objetivo desonerar o capital para que se pudesse aumentar sua competitividade num mercado internacional, aberto e sem regulamentação. E, segundo os formuladores de Washington, o único caminho para que as empresas dos países da periferia pudessem entrar no “jogo global” era aumentar sua competitividade, o que seria possível através da concentração em atividades nas quais fossem obtidas vantagens reais e uma escala suficiente para

produção. Para tanto, a exposição de tais empresas à competição internacional aberta e a eliminação de políticas de proteção e subsídio são fundamentais. Também se sugeria a diminuição dos encargos sociais e a “racionalização” das intervenções nos sistemas de crédito público fiscal.

A terceira ordem de proposições referia-se a modificação radical do modelo de industrialização seguido pela maioria destes países periféricos depois da Segunda Guerra Mundial. Segundo o novo Consenso, o êxito dos dois primeiros objetivos, que já faziam parte da velha agenda do FMI, dependia, no novo contexto internacional, de uma mudança radical nas estratégias nacionais de desenvolvimento dos países atrasados. É neste capítulo que se incluíam as principais reformas estruturais ou institucionais, e que acabaram sendo implementadas na década de 1990, tendo como objetivos:

- A desregulamentação dos mercados financeiros e do trabalho;
- a privatização das empresas e dos serviços públicos;
- a abertura comercial;
- a garantia do direito de propriedade dos estrangeiros, sobretudo nas zonas de fronteira tecnológica e nos novos serviços.

Estes pontos sintetizam, na verdade, as “condicionalidades” que os organismos multinacionais e o sistema bancário privado impunham como condição para a renegociação das dívidas externas, e a reintegração da América Latina ao sistema financeiro internacional. Mas o Consenso de Washington era mais ambicioso: considerava-se uma nova estratégia global de desenvolvimento para os países atrasados, supondo-se que, depois da estabilização e das reformas, haveria inevitavelmente uma retomada dos investimentos e do crescimento econômico, liderado pelo capital privado. Para isso, bastaria desfazer-se da inércia, deixando o comércio e os preços operarem livremente, seguindo-se, então, um desenvolvimento sustentado, o que ocasionaria a redução espontânea das desigualdades sociais e nacionais.

Este projeto, entretanto, teve pouca duração. Supunha-se, em última instância, que as reformas liberais somadas a uma política macroeconômica ortodoxa seriam condições suficientes para manter a entrada abundante e constante do investimento direto estrangeiro, o que deveria ser o verdadeiro carro-chefe do “novo modelo” de crescimento. O primeiro sinal da fragilidade do modelo do projeto foi anunciado pela crise argentina, em 1990. A seguir, vieram a crise mexicana de 1994, a crise do sudeste asiático em 1997 e a crise brasileira em 1998, o que obrigou os Estados Unidos a mobilizarem um empréstimo internacional de 48 bilhões de dólares, utilizados para tirar o Brasil da insolvência, no momento em que ruía o seu Plano Real. (FIORI, 2002)¹²

3.3.1 As Conseqüências do Consenso de Washington na economia brasileira

Baseado no contexto de ascensão das teses do chamado Consenso, em dezembro de 1993 era proposto no Brasil o Programa de Estabilização Monetária. Programa elaborado tendo como base cortes brutais no Orçamento, partindo do pressuposto de considerar o déficit do setor público como o grande problema, o grande vilão, ou seja, a fonte primária da inflação. Ignorava-se, por exemplo, o papel dos espúrios encargos financeiros.

Os direitos dos funcionários, a previdência pública, as estatais eram alvos constantes dos ataques neoliberais. Na mesma linha, era defendida a eliminação das restrições ao capital estrangeiro em setores como a exploração do subsolo e a energia elétrica. A prescrição anti-nacional era completa e para atendê-la era preciso mutilar a essência da Carta de 1988.

Com a implantação do Real, no início de julho de 1994, veio à tona a dura realidade de um salário mínimo cotado em R\$ 64,00. Para a estabilização da nova moeda foram adotados alguns procedimentos, tais como a dependência do

¹² FIORI, José Luís. *60 lições dos 90 – Uma década de neoliberalismo*. São Paulo: Record, 2002

capital especulativo e juros altíssimos, a retração econômica e a desnacionalização de empresas, alienação do patrimônio público, o desemprego e a supressão de direitos sociais, salários achatados, investidas contra a previdência pública. Os Estados ficavam impossibilitados de administrar, pois passou a ser-lhes exigida uma contenção impraticável dentro de um mínimo de governabilidade. Para esse fim, promulgou-se a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Tudo isso para executar um "ajuste" que tem como objetivo contrair o meio circulante de capitais, mantendo-o no volume determinado pelas conveniências do capital externo. Além disso, o Real estava supervalorizado, o que durou até janeiro de 1999, fazendo com que o país fosse inundado de importações, inclusive supérfluas, o que representou uma grande distorção e prejudicou a produção local (BEIQUELMAN, 2003)¹³.

¹³ BEIQUELMAN, Paula. *Algumas conseqüências do Consenso de Washington*. O Farol nº 103 – Junho/2003 – FE 24/08/2003)

4. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E A INSERÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NA ECONOMIA BRASILEIRA

O Brasil, como outros países em desenvolvimento, tem se defrontado com uma situação de crônica vulnerabilidade externa. A história econômica dos países em desenvolvimento registra mudanças freqüentes de estratégia e de políticas econômicas externas que, no contexto de profunda instabilidade, procuram alterar os padrões de inserção internacional como resposta a esses choques ou fatores desestabilizadores. Pode-se citar como exemplos marcantes de desestabilização econômica o choque do petróleo nos anos 70, a crise do endividamento na década de 1980, e a instabilidade do sistema financeiro internacional que marcou os anos 90, sem ignorar a crise do sudeste asiático.

Segundo Ricardo Carneiro, ao longo dos anos 90, a economia brasileira passou por um processo intenso de liberalização, que teve na abertura financeira uma das suas dimensões mais expressivas, sendo que tal abertura englobava duas dimensões principais: a ampliação da conversibilidade da conta capital do balanço de pagamentos e a desnacionalização de parcela expressiva das empresas do setor financeiro, em especial do ramo bancário. Como decorrência desses dois processos, observa-se o desenvolvimento de um outro, cuja a extensão é ainda limitada, qual seja, a substituição monetária¹⁴.

O grau de conversibilidade da conta de capital traduz a facilidade com que são permitidas as entradas e saídas de capitais de não residentes e residentes. Ou seja, refere-se às normas de conversão da moeda estrangeira em moeda doméstica para fins de investimento e empréstimos. Portanto, exprime mobilidade dos capitais entre o país e o exterior. A desnacionalização diz respeito a mudanças

¹⁴ CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. – São Paulo: Editora UNESP/IE – Unicamp, 2002

no controle da propriedade do sistema financeiro permitidas por mudanças permanentes ou ad hoc na legislação. Por fim, a substituição monetária refere-se ao uso de moedas estrangeiras em funções que , em princípio, deveriam ser realizadas pela moeda doméstica.

As relações entre essas dimensões da abertura financeira são bastante complexas e dependem de características histórico-institucionais dos sistemas financeiros domésticos, bem como da condução do processo de abertura. Em termos abstratos, pode-se postular a independência entre esses aspectos. Na prática, todavia, elas são bem mais interdependentes em razão do ambiente da globalização, sobretudo em países de moeda não conversível.

Sob outro ponto de vista, pode-se identificar dois importantes indicadores de internacionalização de uma economia: o seu grau de abertura externa, medida por seus coeficientes de exportação e importação e sua globalização produtiva, que pode ser representada pela presença de capitais estrangeiros, além de outros aspectos como a intensidade de comércio intra-industrial e o acesso a informações gerenciais e tecnológicas.

É neste ponto que cabe ressaltar o evidente papel realizado pelas políticas públicas dos Estados, pois a internacionalização ou abertura das economias nacionais é, em grande medida, obra e graça de políticas domésticas compatíveis com a intensificação dos fluxos entre fronteiras. Como exemplo de políticas públicas que claramente levaram a uma intensificação dos fluxos de comércio durante os últimos cinquenta anos, destacam-se os acordos governamentais para a criação do GATT em 1947 (BAUMANN, Renato, 1996).¹⁵

A indústria brasileira tem apresentado graus de integração ao resto do

mundo que, em vários aspectos, se aproximam dos padrões internacionais. Dessa forma, em relação aos coeficientes de exportação e importação, houve uma crescente integração internacional da indústria brasileira, desde 1980, que pode ser dividida em duas fases. Primeiro, durante os anos 80, ela se deu através de marcada elevação no coeficiente exportado (medido pela razão entre exportações e valor bruto de produção). Nesse período, a preservação do fechamento a importações, motivada pela crise da dívida externa, conservou as importações no patamar muito reduzido da era do que se convencionava chamar de “industrialização substitutiva”. Segundo, na primeira metade da década de 90, a abertura econômica levou a rápido crescimento no coeficiente importado (razão entre importações e valor bruto de produção). Simultaneamente, prosseguiu a elevação do coeficiente exportado.

A tabela 3 mostra esses indicadores de abertura econômica a partir dos anos 80. A referência aos padrões mundiais é feita através da apresentação desses indicadores nos dois maiores parques industriais (Estados Unidos e Japão). No período observado, a indústria brasileira voltou sua atenção para uma maior participação internacional, tanto pelo lado das exportações nos anos 80, como pelo das importações, posteriormente. Verifica-se pelo lado do coeficiente de importação que os setores tradicionais ganham espaço na oferta global dos mesmos e as importações de bens de consumo duráveis e bens de capital dão um salto impressionante, elevando-se em mais de 30%. Vale destacar que esses apresentam altas elasticidade renda e elasticidade preço da demanda¹⁶. Em outras palavras, isto refletia uma situação conjuntural de estabilização da economia brasileira com a implantação do Plano Real, em que se combinaram políticas de valorização cambial, a qual estimulou a abertura às importações, e aquecimento da demanda.

¹⁵ BAUMANN, op. cit. p. 245.

Tabela 3

Brasil, Japão, EUA, Espanha – Coeficientes de exportação e importação da indústria Manufactureira * (total e grupos de setores, em anos selecionados)**

	<i>Brasil</i>				<i>Japão</i>	<i>EUA</i>
	1980	1989	1993	1994	1992	1992
<i>Coeficientes de Exportação</i>	%	%	%	%	%	%
Tradicionais	10,5	14,2	17,2	18,3	3,5	6,5
Insumos Básicos	5,3	22,9	24,8	22,1	8,7	11,6
Metalmecânicos eletroeletrônicos	8,3	18,1	19,4	19,2	20,4	19,7
Total	8,5	17,7	19,8	19,6	13,0	13,0
<i>Coeficientes de importação</i>						
Tradicionais	1,9	4,2	7,2	8,3	7,3	9,3
Insumos básicos	12,3	10,9	15,1	13,5	7,3	13,1
Metalmecânicos eletroeletrônicos	13,2	16,1	23,5	31,9	3,6	22,7
Total	7,7	9,2	14,1	16,7	5,4	15,9

Fontes: IBGE, DECEX, CEPAL e UNIDO.

* Os coeficientes de exportação e importação correspondem, respectivamente, à razão % entre valor das exportações e valor bruto da produção e valor das importações e valor bruto da produção.

** Setores tradicionais: alimentos, têxteis/calçados, madeira/móveis, imprensa, pinturas, sabão, perfume, material de construção, outras indústrias; setores de insumos básicos: papel/celulose, química/petroquímica, siderurgia/metallurgia de não-ferrosos; setores mecânicos/eletroeletrônicos: produtos metalúrgicos, equipamentos elétricos e não-elétricos (bens de capital e de consumo), equipamentos de transporte e instrumentos científicos.

¹⁶ A elasticidade renda da demanda indica em que proporção a quantidade demandada varia em resposta a uma variação proporcional na renda do consumidor, enquanto a elasticidade preço relaciona-se à receita dos produtores, que é definida pela multiplicação do preço do produto pela quantidade vendida.

Quanto à presença de capitais estrangeiros, BAUMANN (1996) destaca que o “conceito de globalização produtiva deve-se à transformação da organização das multinacionais em todo o mundo, que nos últimos anos têm abandonado o estilo *stand-alone* com que tratavam suas subsidiárias (UNCTC, 1993)”. Ao invés de restringirem a coordenação mundial essencialmente a finanças, as empresas transnacionais introduziram novos produtos, processos produtivos, práticas mercadológicas e organizacionais que produziram efeitos para a indústria local. Além da coordenação mundial, essencialmente no ramo das finanças, essas empresas passaram a organizar subsidiárias através de redes mundiais integradas por gerências, marketing e tecnologia.

Recentemente, o movimento de internacionalização do capital vem sendo acompanhado por uma crescente desregulamentação de mercados, como já foi mencionado. Portanto, o processo de internacionalização da produção pode se dar através da exportação/importação de bens e serviços e/ou através do investimento direto externo - IDE. Os agentes econômicos empenhados nesse processo são as empresas transnacionais, as quais são responsáveis pela decisão entre as duas opções estratégicas citadas. A lógica de exportar ou produzir em outro país, depende fundamentalmente, do grau de abertura da economia e da disputa de mercados, seguindo a tendência da concorrência capitalista.

Verifica-se nos últimos anos uma crescente ampliação das oportunidades de aplicação do capital, através do comércio de bens, serviços e tecnologia, investimento direto externo, grande fluxo financeiro, além da intensificação da concorrência, onde o aumento na contestabilidade dos mercados ¹⁷ levou a

¹⁷ Na década de 80 surgiram as teorias de mercados contestáveis e da concorrência Shumpteriana na área de economia industrial, onde mostraram a evolução de estruturas industriais caracterizadas pela presença de grandes empresas diversificadas e diferentes ritmos de progresso técnico. A teoria de mercados contestáveis demonstra que a estrutura industrial é determinada endogenamente junto com os vetores de produção e preços da indústria e faz a conexão entre as características das técnicas de produção disponíveis, a dimensão do mercado e a concorrência potencial. Resumidamente, um mercado é contestável quando há liberdade de entrada e saída de firmas. A teoria também mostra que a estrutura industrial é resultado das interações entre o progresso técnico e o progresso de concorrência além das mudanças ocorridas nas economias capitalistas a nível micro e macroeconômicos. (Baumann, Renato, 1996, pg. 80).

adoções de novas estratégias globais (fusões e aquisições internacionais, cooperações etc.).

Neste quadro as empresas transnacionais lideram os processos de inovações tecnológicas e organizacionais, ao controlarem o sistema central dos setores mais dinâmicos (indústria de semicondutores, telecomunicações) e respondem por mais da metade das exportações mundiais de bens e serviços. As tabelas 4 e 5 apresentam esse aumento dos fluxos internacionais de capital produtivo.

TABELA 4

Fluxos de Investimentos Externos Diretos – Brasil e Mundo, 1971/90

	1971/75	1976/80	1981/85	1986/90
Mundo	82.5	100.0	100.0	299.6
Brasil	81.8	100.0	73.6	46.8
Brasil com % do mundo	5.9	6.1	4.2	1.1
Brasil com % da América Latina	50.1	48.8	39.6	22.9

Fonte: Bielschowsky (1992:7)

Obs.: Índices 1976/80, e % - a preços constantes de 1980.

TABELA 5

Entradas e Saídas de Investimentos Diretos Externos (US\$ Bilhões)

	81/85	86/90	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Países desenvolvidos								
Entrada	37	130	131	168	176	121	102	109

Saída	47	163	162	212	222	185	162	181
Países em desenvolvimento								
Entrada	13	25	28	27	31	39	51	80
Saída	1	6	6	10	10	7	9	14
Europa Ocidental e Oriental								
Entrada	0.02	0.1	0.015	0.3	0.3	2	4	5
Saída	0.004	0.02	0.02	0.02	0.04	0.01	0.03	-
Total (Todos os Países)								
Entrada	50	155	159	196	208	162	158	194
Saída	48	168	168	222	232	192	171	195

Fonte: World Investment Report (1994:75)

Obs.: Médias Anuais

Com todas essas transformações torna-se essencial compreender a inserção do capital estrangeiro na economia brasileira. Como foi visto, as empresas transnacionais são os principais agentes responsáveis pelos movimentos recentes de reestruturação, tanto no setor produtivo como no setor financeiro do plano internacional. Sua presença na nossa economia é também marcante (ver tabela 6), liderando os setores mais dinâmicos e conseqüentemente, exercendo um papel importante na produção e no emprego no setor industrial (ver tabela 7). Desta forma pode-se perceber o comportamento recente (anos 80 e 90) das grandes empresas estrangeiras no Brasil e os impactos possíveis desse novo cenário sobre a nossa economia, marcado pelo atual processo de liberalização.

TABELA 6

**Evolução da Participação Relativa das Vendas de Empresas Privadas
Estrangeiras e Nacionais, e Estatais, entre as 500 maiores (em %)**

	Estrangeiras	Nacionais	Estatais
1980	32.6	35.9	31.6
1981	31.2	35.2	33.6
1982	30.9	36.1	33.0
1983	29.7	39.1	31.2
1984	27.2	39.9	32.9
1985	28.5	40.7	30.8
1986	28.7	42.4	28.9
1987	30.7	41.0	28.3
1988	31.6	42.4	26.0
1989	30.8	44.0	25.2
1990	31.0	7	26.2
1991	31.0	42.4	26.6
1992	31.3	41.7	27.0
1993	35.0	40.2	24.8
1994	32.0	44.0	24.0

Fonte: Revista Exame (1995)

Obs.: Referentes às amostragens anualmente trabalhadas pela Revista Exame.

TABELA 7

**Participação (%) das Empresas Transnacionais na Indústria de
Transformação no Brasil e nos EUA por setor**

Setor	Vendas		Emprego	
	Brasil	EUA	Brasil	EUA
Minerais não metálicos	23	22	12	12
Metalurgia	16	13	9	7
Mecânica	34	6	25	6
Material elétrico	83	12	68	9
Material de transporte	78	3	81	3
Papel	13	7	11	6
Borracha de plástico	38	10	31	7
Química, Farmácia, Perfum.	44	31	63	24
Têxtil	16	4	13	3
Alimentos, Bebidas, Fumo	23	8	14	9
Editorial e Gráfica	1	8	1	5
Outras	7	5	6	4
Total	32	11	23	7

Fonte: Gonçalves (1991:236)

Os indicadores de internacionalização, basicamente medidos pelos coeficientes de exportação e importação mostram o grau de abertura de uma economia, e pelos coeficientes de comércio intra-industrial, que por sua vez, indicam a presença de capitais estrangeiros e de outras formas de acesso aos fluxos de informações gerenciais e tecnológicas. Por estes parâmetros, que serão analisados a seguir, torna-se notório que a integração da indústria brasileira com o resto do mundo é crescente e em vários aspectos se aproximam dos padrões internacionais.

Outro aspecto básico da internacionalização da indústria brasileira é a presença de capitais estrangeiros. A indústria no país foi criada por meio de uma combinação entre os capitais estrangeiros, privados nacionais e estatais. No atual processo de mudanças tecnológicas e organizacionais, as empresas transnacionais - as que possuem pelo menos 25% de capital estrangeiro - exercem um papel de destaque.

As empresas transnacionais introduzem novos produtos, processos produtivos, práticas mercadológicas e organizacionais que produzem efeitos positivos para a indústria local. Em 1990, os dados estatísticos mostram que as participações de capitais estrangeiros, no que diz respeito às vendas internas e nas exportações do setor industrial, chegavam a alcançar 33% e 44% respectivamente. Ao invés de limitar-se à coordenação mundial essencialmente no ramo das finanças, essas empresas passaram a organizar subsidiárias através de redes mundiais integradas por gerências, marketing e tecnologia, além de finanças.

Os impactos observados nesses anos de abertura da economia brasileira denotam basicamente um estilo de reestruturação industrial em que os indicadores básicos do grau de integração com o resto do mundo registram relativa proximidade aos padrões internacionais. Quando se compara os períodos de consolidação da formação dos parques industriais das principais economias latino-americanas (Chile, Argentina e México), a substituição de importações com as transformações produtivas e comerciais em momentos posteriores à abertura dessas economias, constata-se que as indústrias brasileiras se destacam por terem tido maior capacidade em absorver as mudanças trazidas pelo processo de globalização.

O Brasil possui um parque industrial bem mais diversificado do que o Chile, a Argentina e o México (ver tabela 8), aproximando-se mais do que acontece nos países desenvolvidos (Europa, Canadá e Estados Unidos - OCDE)¹⁸ do que das três economias da América Latina. Podem ser destacadas, portanto, algumas semelhanças entre os países latino-americanos no que se refere à reestruturação industrial que ocorreu durante a crise dos anos 80, e a posterior abertura, tais como o fortalecimento da indústria de insumos básicos e o enfraquecimento de segmentos da indústria têxtil. As diferenças observadas durante esses acontecimentos têm demonstrado ser peculiares a cada um desses países.¹⁹

¹⁸ Países que formam a OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, criado em 1961.

¹⁹ A especificidade é determinada fundamentalmente por determinantes estruturais (tamanho do mercado, localização geográfica, disponibilidade de recursos naturais, etc.), determinantes macroeconômicos (comportamento em termos de crescimento, inflação, taxas de câmbio, taxas de juros, etc.) e determinantes institucionais (marcos regulatórios de política comercial).

Mercado basicamente pelo progresso tecnológico, a velocidade das recentes transformações no âmbito da economia mundial gerou novos tipos de vínculos entre os agentes econômicos dos diferentes países. Como foi ressaltado anteriormente neste quadro, as empresas transnacionais comandam as estratégias de disputa por mercados em nível internacional, principalmente no caso do Brasil, onde estas lideram os ramos industriais mais dinâmicos e com maior impacto no plano nacional.

Entretanto, existe um dilema nessa área. Por um lado, o progresso tecnológico mudou a configuração do setor produtivo, caracterizado por uma maior contestabilidade dos mercados em termos globais, por outro, os governos têm sido forçados a abandonar as práticas protecionistas já existentes e buscar novos mecanismos de controle internacional. Torna-se essencial, então, redefinir os padrões de concorrência do sistema produtivo, acompanhado de novas vantagens comparativas internacionais e de novos parâmetros de sustentabilidade das configurações industriais.

Os países têm feito esforços para encontrar respostas para este dilema. Verifica-se uma tendência à formação de blocos comerciais regionais e bilaterais, de áreas de livre comércio e de uniões aduaneiras, movimentos que visam derrubar barreiras ao comércio nacional (por meio da desregulamentação ou liberalização de mercados) e internacional, através de blocos econômicos (Nafta, UE, Mercosul) que prometem aumentar a integração econômica em amplas áreas.

TABELA 8

Nível e Composição do Valor Agregado – Chile, Argentina, México Brasil e OCDE (anos selecionados)

	Chile			Argentina		México		Brasil	OCDE	
	1972	1992	1977	1992	1981	1992	1980	1993	1975	1992
Grupo 1	30.7	22.5	34.2	29.8	28.6	31.7	35.1	36.6	41.4	46.5
Metalmeccân./ eletroelet.	9.7	5.1	13.6	7.7	10.4	8.8	18.7	17.3	22.8	25.3
Equip. de trans.	8.0	2.4	10.8	12.5	7.9	9.6	7.8	8.3	20.7	11.5
Grupo 2	14.4	20.7	14.1	15.0	16.7	20.1	19.9	23.6	18.9	17.4
Grupo 3	21.3	28.4	18.4	25.7	23.2	23.1	13.6	14.9	11.5	11.1
Subtotal	35.7	49.1	32.5	40.7	39.9	43.2	33.5	38.5	30.4	28.5
Grupo 4	33.6	27.4	33.4	29.5	31.6	25.2	31.4	24.9	28.4	25.0
Total	100.	100.	100.	100.	100.	100.	100.	100.	100.	100.
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Índice de variação do valor agregado	100.	141.	100.	95.0	100.	115.	100.	100.	-	-
	0	0	0		0	0	0	0		

Fonte: Bielschowski & Stumpo (1994)

Obs.: O critério de estabelecimento dos grupos setoriais é o peso de inserção do capital estrangeiro, em que o Grupo 1 teria o predomínio das empresas transnacionais.

Grupo 1 – bens de capital mecânicos, eletroeletrônicos e instrumentos científicos, material de transporte, química fina, borracha, tabaco e vidro.

Grupo 2- siderurgia, metalurgia básica de não ferrosos, química básica e petroquímica, papel e celulose e combustíveis.

Grupo 3 – alimentos e bebidas.

Grupo 4 – têxteis, calçados, vestuário, madeira e móveis, minerais não metálicos (exceto vidros), produtos metálicos e outros produtos manufaturados.

5. A CRISE DO SUDESTE ASIÁTICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA ECONOMIA BRASILEIRA

A elevação da renda e a diminuição da pobreza no Leste Asiático nos últimos 30 anos não tem precedentes. Ninguém que visitasse esses países deixava de maravilhar-se com a transformação do desenvolvimento, as mudanças, não só

na economia, mas também na sociedade, refletidas em todas as estatísticas imagináveis. A combinação de altas taxas de poupança, investimento do governo na educação e uma política industrial comandada pelo Estado transformaram a Ásia em uma potência econômica. As taxas de crescimento foram fenomenais durante décadas e o padrão de vida cresceu muito para dezenas de milhões de pessoas. Os benefícios do crescimento foram amplamente compartilhados. Houveram problemas estruturais na maneira como as economias asiáticas se desenvolveram, mas, no geral, os governos arquitetaram uma estratégia que funcionava, uma estratégia que tinha apenas um item em comum com as políticas do Consenso de Washington: a importância da macroestabilidade.

Para o Consenso de Washington, o comércio era importante, mas a ênfase era promover as exportações e não remover empecilhos à importação. O comércio acabou por ser liberalizado, mas de forma gradual, à medida que novos empregos eram criados nos setores exportadores. Enquanto as políticas do Consenso de Washington enfatizavam a rápida liberalização dos mercados financeiro e de capitais, os países do Leste Asiático os liberalizaram aos poucos – alguns dos mais bem-sucedidos, como a China, por exemplo, ainda têm um longo caminho a percorrer.

Enquanto as políticas do Consenso de Washington enfatizavam a privatização, os governos nacionais e locais da Ásia ajudaram a criar empreendimentos eficientes, que desempenharam um papel-chave no sucesso de vários países. Sob o prisma do Consenso de Washington, políticas industriais, por meio das quais os governos buscam formar a direção da economia, são um erro. Mas os governos do Leste Asiático consideraram ser essas uma de suas responsabilidades essenciais. Em especial, acreditavam que se fossem fechar a lacuna de renda existente entre eles e os países mais desenvolvidos, teriam que preencher a lacuna de conhecimento e tecnologia, e para tal projetaram políticas de educação e desenvolvimento. As políticas do Consenso de Washington davam

pouca atenção à desigualdade, pois acreditavam que políticas de caráter desenvolvimentista eram importantes para manutenção da coesão social, e que esta era necessária para oferecer um clima favorável a investimentos e crescimento. De maneira mais ampla, enquanto as políticas do Consenso de Washington enfatizavam um papel minimalista para o governo, no Leste Asiático os governos ajudaram a formar e direcionar mercados.

Os Tigres Asiáticos (codinome este que faz referência à expansão econômica), países situados na região sudeste do continente asiático, compreendem Taiwan, Coreia do Sul, Cingapura e Hong Kong (também denominadas NIEs - *Newly Industrialized Economies*), além da Malásia, Tailândia, Indonésia e Filipinas, as maiores economias do grupo Asean (*Association of the South-East Asian Nations*), constituem o conjunto de economias que passaram por tão radicais transformações econômicas e sociais. A tabela 9 em uma amostra da evolução da taxa de variação do Produto Interno Bruto – PIB pode levar ao entendimento de algumas características que demonstram o alto desenvolvimento econômico desses países: Cingapura e Hong Kong, cidades-nação, possuíam um PIB per capita superior a 20.000 dólares; Taiwan e Coreia eram economias com taxas médias de crescimento anual de 8% nos anos 80 (década que no Brasil chamamos de perda). A Malásia possuía quase o dobro do PIB per capita brasileiro; a Tailândia apresentou uma taxa média de crescimento anual de 7% na década de 80 e de quase 9% na década de 90; sem mencionar Indonésia e Filipinas, países que apresentavam taxas de crescimento ascendente, e a economia de US\$ 5 trilhões do Japão.

TABELA 9

Evolução do Produto em Países do Leste da Ásia, 1970-1999 (%)

	1970-1997	1997	1998	1999
--	-----------	------	------	------

Hong Kong	7,5	5,2	-5,1	-1,3
Cingapura	8,2	7,5	1,5	0,5
Coréia do Sul	8,4	5,5	-5,5	2,0
Taiwan	8,3	6,8	4,9	3,9
Indonésia	6,8	4,7	-13,7	-4,0
Malásia	7,4	7,8	-6,8	0,9
Filipinas	3,6	5,1	-0,5	2,0
Tailândia	7,5	-0,4	1,0	3,0
China	9,1	8,8	7,8	6,6

Crescimento: taxa de variação anual do produto interno bruto (PIB)

Fonte: World Economic Outlook, maio de 1999

Em 1997, entretanto, o modelo asiático de desenvolvimento sofreu um abalo seríssimo. A crise começou na Tailândia. De todos os tigres o país era o que parecia mais frágil, mostrando sinais de deterioração em áreas importantes de sua economia. Especuladores tinham expectativa de lucro ao apostar contra a moeda tailandesa, o *bath*. No dia 2 de julho de 1997, depois de uma série de investidas e do Banco Central de Bangcoc ter reduzido suas reservas em US\$ 25 bilhões tentando defender sua moeda e evitar a desvalorização do câmbio, o *bath* iniciou uma *via-crúcis* que o desvalorizou em 58%. A bolsa tailandesa acumulou perdas de 45% e os especuladores amealharam um lucro estimado em US\$ 3 bilhões. Com a queda da Tailândia, a insegurança se alastrou pela região, pois os outros “tigres” poderiam ter o mesmo destino.

Realmente foi o que ocorreu em 11 de julho de 1997, quando as Filipinas, com diminutas reservas em moeda estrangeira, pouco pode fazer para evitar que o peso fosse desvalorizado em 33% e que sua bolsa caísse 42%. No dia 14 foi a vez da Malásia, que elevou as taxas de juros em 50% e gastou 1 bilhão de dólares tentando salvar sua moeda, o *ringgit*. Porém, a tentativa da Malásia foi em vão, visto que sua moeda foi desvalorizada em 32% e a bolsa caiu 46%. Depois

veio a Indonésia (com desvalorização de 53% da *rúpia* e queda de 21% nas bolsas), e as poderosas Cingapura (desvalorização de 12% do dólar e queda de 28% nas bolsas), Coréia do Sul (desvalorização de 14% do *won* e queda de 28% nas bolsas) e Taiwan (desvalorização de 12% do dólar). Mas a crise só ganhou proporções de catástrofe quando, em 23 de outubro, os especuladores resolveram estender sua ação para o centro financeiro da Ásia, cercando o tigre que domina aquelas paragens: Hong Kong e o seu dólar²⁰.

O nervosismo do mercado financeiro foi lançado a proporções planetárias, e causando pânico, quando, em 27 de outubro de 1997, assustada com a queda recorde do índice Hang Seng, da Bolsa de Hong Kong (1211 pontos em um só dia), a Bolsa de Nova York afundou. Foi uma queda livre de 554 pontos. Ondas de choque varreram o mundo. As bolsas caíram 27% no Brasil, 21% no Japão, 12% na Austrália, 10% no México, 9% na Inglaterra. Entretanto, no dia seguinte, 28 de outubro, a Bolsa de Nova York experimentou uma alta de 337 pontos, restabelecendo certa normalidade nos mercados financeiros.

Diante desses fatos, há basicamente duas explicações para a crise. A primeira é de ordem conjuntural e entende o fenômeno a partir de uma crítica aos mercados financeiros e sua dinâmica. A outra é estrutural e vê a crise a partir da fragilidade de alguns fundamentos econômicos dos tigres.

A crítica ao modo como o capital viaja e especula no mundo globalizado faz sentido. São bilhões de dólares itinerantes que podem fazer a felicidade ou a ruína de povos ou nações. Nenhum problema haveria se a teoria de eficiência dos mercados fosse verdadeira. A teoria prega a existência de uma lógica que regeria o

²⁰ A especulação cambial consiste na compra ou venda de moeda estrangeira na esperança de obter lucros provenientes da modificação das taxas cambiais. Dessa forma, o especulador age da seguinte maneira: se julgar que o preço da moeda estrangeira irá se elevar no futuro, adquirirá a moeda no presente, para revendê-la no futuro a taxas mais elevadas. Se, pelo contrário, o especulador tiver esperança de que o preço da moeda estrangeira sofrerá uma diminuição no futuro, contratará uma venda pra entrega futura, quando, então, adquirirá a moeda a um preço inferior para atender ao compromisso. (RATTI, Bruno. Comércio Internacional e Câmbio. – 8. Ed. – São Paulo: Aduaneiras, 1994)

mercado financeiro como uma mão invisível, impedindo distorções causadas individualmente por investidores. Esse fluxo mirabolante de capital não falharia nunca em premiar os estados mais democráticos, as economias mais abertas, as companhias mais eficientes e os mercados mais atraentes. O problema da teoria é que ela pressupõe uma racionalidade que os agentes financeiros, em inúmeros momentos, definitivamente não têm. Ela acredita que os investidores baseiam suas decisões de compra e venda de papéis sempre em análises objetivas. O fato, no entanto, é que isso não acontece. Na maioria das vezes, os investidores baseiam suas decisões nas decisões de outros investidores.

Esse ponto de vista compreende a crise das bolsas na Ásia como um fenômeno de pânico e de retroalimentação; um círculo vicioso em que medo e boatos geram mais medos e mais boatos. Os rumores, substituindo a análise fria dos fatos, ou pelo menos distorcendo enormemente os resultados dessa análise, criam uma realidade paralela, independentemente do mundo concreto, mas com grande influência sobre ele. O mercado financeiro perde, assim, o contato com o mercado de verdade e fica girando histericamente ao redor do próprio umbigo. O preço das ações abandona relações de lógica e proporção com o desempenho real das empresas. E vem a sobrevalorização, que gera a “bolha”, quando o mercado está eufórico; ou a desvalorização, que implanta o ambiente recessivo, quando o mercado desconfia que aquela euforia não tinha nenhum embasamento na realidade. Da mesma forma, sob a égide dessa irracionalidade, a entrada e a saída de capitais em um país deixam de ter relação com o desempenho e as perspectivas reais da economia local, ficando à mercê dos humores e da instabilidade emocional de grandes investidores.

A segunda explicação para a crise asiática aponta problemas estruturais sérios na economia dos tigres como os verdadeiros responsáveis pelo colapso. Problemas que não eram vistos com mais apuro desde muito antes por três motivos: primeiro, os formidáveis índices de crescimento econômico induziam à

idéia de que aquelas economias não estavam em posição de sofrer críticas. Segundo, a correção de vários aspectos estruturais — como altas taxas de poupança interna, baixos índices de inflação, adequação das políticas monetária e fiscal, inserção dos países no comércio internacional e importância dada à educação — como que escondia a precariedade de outros fatores estruturais. Terceiro, na realidade paralela criada pelos mercados financeiros, o Sudeste Asiático aparecia como uma região encantada onde o retorno e a segurança do capital investido iam durar para sempre. O mundo concreto, no entanto, não corroborava com essa visão deslumbrada, e foi isso que os números da Tailândia começaram a mostrar já no final de 1996.

Quanto aos citados problemas estruturais, uma das principais chagas que minaram o desempenho dos tigres tem base na estratégia que quase todos eles empreenderam de atrelar sua moeda ao dólar. O modelo exportador das economias do Sudeste Asiático funcionou bem enquanto o *iene* se valorizava diante do dólar. Em 1995, quando o dólar desceu quase à marca dos 75 *ienes*, Estados Unidos e Japão decidiram desvalorizar a moeda japonesa em relação à americana. Então, em 1997, o dólar comprava 125 *ienes*. Essa alta foi acompanhada por uma valorização relativa das moedas no Sudeste Asiático, isto é, os tigres perderam muito da competitividade no mercado internacional. Neste ponto, cabe esclarecer que taxa cambial nada mais é do que o preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira. Dessa forma, sendo o *iene* considerado como a moeda nacional, em 1997, para se comprar 1 dólar era necessário possuir 125 *ienes*.

A taxa cambial mede o valor externo da moeda. Fornece uma relação direta entre os preços domésticos das mercadorias e fatores produtivos e dos preços destes nos demais países. Quando os países do Sudeste Asiático decidiram valorizar suas moedas, paralelamente, significou que eles abaixaram sua taxa de câmbio, ou seja, prejudicaram suas exportações — perdendo competitividade no mercado internacional — e estimularam as suas importações, o que provocou um

déficit no balanço de pagamentos daqueles países.²¹

Outro fator que drenou a força dos países do Sudeste Asiático foi o endividamento externo. Evidentemente, economias crescendo a taxas anuais próximas de dois dígitos necessitam de financiamento. O capital funcionava como o combustível e a mão-de-obra atuava como o motor. O problema é que muito desse dinheiro, contraído em grande parte pelo setor privado com o aval do governo, em vez de ser investido no aumento da produtividade e no desenvolvimento de novas tecnologias, acabou sendo desviado para a especulação imobiliária ou para o incremento da produção em indústrias já saturadas, como metalurgia, automóveis e transporte aéreo. Em vez de investir na capacitação de sua força de trabalho ou na redução de seus problemas de infra-estrutura, portanto, muitos tigres tomaram emprestado para construir campos de golfe, condomínios e escritórios de luxo ou investir nas indústrias erradas. Além disso, bilhões foram enterrados em projetos do governo, faraônicos, que não tinham a menor condição de gerar o retorno necessário para a cobertura de empréstimos.

Outra chaga notável que atingiu os países do sudeste asiático foi o tráfico de influência e a troca de favores entre o governo e as grandes corporações. Redes de interesse e conchavos realizados nos bastidores dificultavam a averiguação do que pertencia ao estado e do que era da iniciativa privada. Muito dinheiro público era emprestado em condições excepcionais a empresas que o governo considerava vitais para a economia ou para o prestígio do país. Na Tailândia, por exemplo, haviam 58 empresas tecnicamente falidas que o governo mantia porque as famílias que as controlavam tinham conexões políticas em Bangcoc. Outro exemplo era a Indonésia, onde o nepotismo e o favorecimento ocorriam às claras, sendo que a família do presidente Suharto desenvolvia uma série de negócios com juros subsidiados por bancos estatais.

²¹ RATTI, 1994. – pag. 129

Condições deterioradas em um país ajudaram a arrastar as nações vizinhas para a mesma situação. A desaceleração na região teve repercussões mundiais: o crescimento da economia mundial diminuiu e, com a desaceleração do crescimento global, os preços das *commodities* caíram. Da Rússia à Nigéria, os vários países emergentes que dependiam de exportações de recursos naturais ficaram muito debilitados. Tal como os investidores, que arriscaram seu dinheiro nesses países, viram sua riqueza afundar, e como seus banqueiros cobraram suas dívidas, eles precisaram cortar seus investimentos em outros mercados emergentes. O Brasil que não dependia de petróleo nem de comércio com os países em crise, pois possui características bem diferentes das deles, foi arrastado para a crise financeira mundial que se desenrolou pelo medo generalizado de investidores estrangeiros e pela redução em seus empréstimos, como veremos a seguir.

5.1 OS REFLEXOS DA CRISE ASIÁTICA NA ECONOMIA BRASILEIRA

Em busca do saneamento financeiro do Estado brasileiro o governo resolveu formular um pacote fiscal, no qual tentaria mostrar ao mundo que o país não estava perplexo nem passivo diante da crise financeira internacional. A pretensão com este pacote fiscal era convencer os investidores de que não precisavam fugir desesperadamente com medo de prejuízo. Quando um governo toma medidas efetivas para melhorar suas contas, ele envia à comunidade financeira um sinal positivo a respeito do futuro da economia do país.

As medidas fiscais adotadas pelo governo brasileiro para contornar a crise tinham como objetivo fundamental tornar o Brasil menos dependente dos financiamentos externos. O pacote englobava altas de impostos, demissão de funcionários e restrições às importações, o que reduziria os gastos do governo. O Brasil encontrava-se em uma situação de dependência em relação ao capital externo que financiava seu déficit em conta corrente, e o resultado era que o país

gastava muito mais dinheiro pagando importações e juros de financiamento no exterior do que recebia com as exportações. Formava-se então um círculo vicioso, em que quanto maior era o déficit nas transações correntes, maior era a necessidade de financiamentos em dólar.²²

Além disso, havia também a questão do controle da inflação²³, o que levou o governo, devido à experiência de estabilização inaugurada pelo Plano Real em 1994, a deixar a moeda valorizada em relação ao dólar. Isso resultou em uma significativa fragilização da balança comercial, implicando no surgimento de um déficit comercial e na diminuição dos empréstimos de financiamento externo, mantendo os juros muito elevados como forma de atrair o capital externo e adiando indefinidamente uma correção substancial da sobrevalorização da taxa de câmbio. A tabela 10 demonstra que, após a crise asiática de 1997, houve um aumento significativo no fluxo de investimento direto estrangeiro²⁴ para o Brasil.

TABELA 10

Investimento Direto Estrangeiro: (US\$ bi), 1994-2000

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
IDE – Líquido Total	1,8	4,3	10,0	17,0	25,9	30,0	30,5
IDE – Greenfield	0,5	1,7	5,3	4,4	1,3	20,6	7,5
IDE – Fusões e Aquisições	1,3	2,6	4,7	12,6	24,6	9,4	23,0
Fusões e Aquisições/Total (%)	72,2	60,4	47,0	74,1	95,0	31,3	75,2

²² No Brasil esta quantia é equivalente a US\$ 35 bilhões por ano, ou seja 4,3% do PIB. O financiamento é feito por banqueiros investidores internacionais, através de investimentos diretos do capital aplicado nas bolsas de valores e dos investimentos em bônus do governo, de empresas privadas e estatais. – Correio Braziliense, 12 de janeiro de 1998.

²³ Ratti, 1994 – pag. 45. Em linguagem elementar, inflação nada mais é do que uma elevação contínua de todos os preços, motivada por um excesso de crescimento dos meios de pagamento, em relação ao crescimento dos bens e serviços à disposição do público.

²⁴ A característica proeminente do investimento direto estrangeiro – IDE, quando comparado às outras formas de investimento, é a sua estabilidade, visível até mesmo nos períodos mais intensos de crise, como em 1999 ocorreu no Brasil. (CARNEIRO, 2002, pag. 278).

Fonte: Banco Central do Brasil, Unctad (2000b)

Diante do exposto, verificou-se que para o capital internacional não há fronteiras nem limites. Quando há oportunidades de lucros, os países tornam-se atraentes. Caso contrário, quando transmitem alguma fragilidade que leve à desvalorização de sua moeda, esses capitais abandonam o país. Neste contexto, marcado pelas turbulências no mercado financeiro internacional, notou-se que o Brasil, repentinamente, tornou-se vulnerável a ataques especulativos.

A queda nas bolsas de capitais dos países do sudeste asiático e de Nova York, bem como a saída de dólares do Brasil, resultaram em uma das maiores quedas da história na bolsa de valores²⁵ brasileira. Os investidores estrangeiros resolveram sair do Brasil como forma de preservar a maior parte do que tinham ganho no mercado de ações nos últimos doze meses²⁶. Em meio à agitação e à crise de confiança, aumentou a procura por moeda forte e o Banco Central chegou a vender 10 bilhões de dólares. Desses 10 bilhões, 5 deixaram o Brasil e o volume das reservas internacionais em poder do Banco Central caiu de, aproximadamente, US\$ 60 para 55 bilhões. Segundo o ex-ministro Mailson da Nóbrega, “na hora da incerteza, o capital sai da posição de risco e vai até para debaixo do colchão, se isso lhe parecer o único investimento seguro”. Podemos analisar de modo mais claro, conforme o gráfico 1, o rendimento explosivo da Bolsa de Valores de São Paulo, compreendido entre o mês de outubro de 1996 e o mês de setembro de 1997. Enquanto que no gráfico 2, época em que a crise asiática atingiu os investimentos no Brasil, fica evidente a queda repentina da variação da bolsa de valores paulista. O gráfico 3 demonstra o declínio das reservas internacionais do Banco Central brasileiro

²⁵ Bolsa de Valores pode ser definida como uma associação civil sem fins lucrativos ou sociedade anônima. Seu objetivo básico consiste em manter local adequado ao encontro de seus membros e à realização, entre eles, de transações de compra e venda de títulos e valores imobiliários, em mercado livre e aberto, especialmente organizado e fiscalizado por seus membros e autoridades monetárias. (<http://cnb.orb.br/html>)

GRÁFICO 1

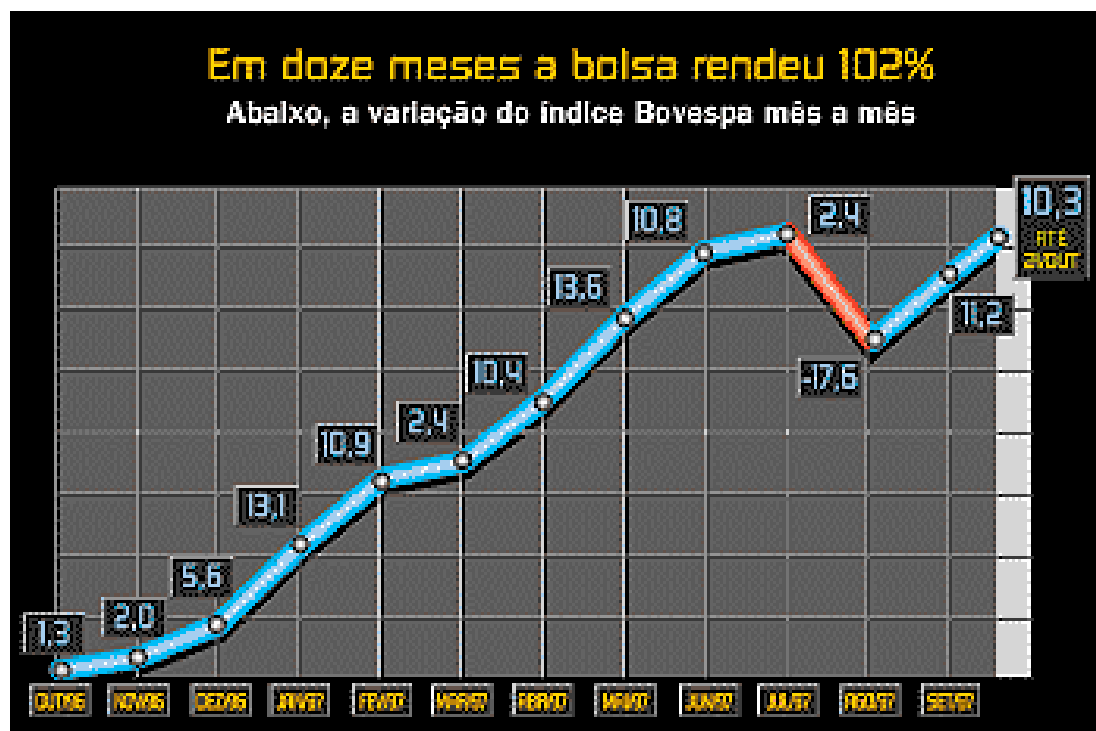


GRÁFICO 2

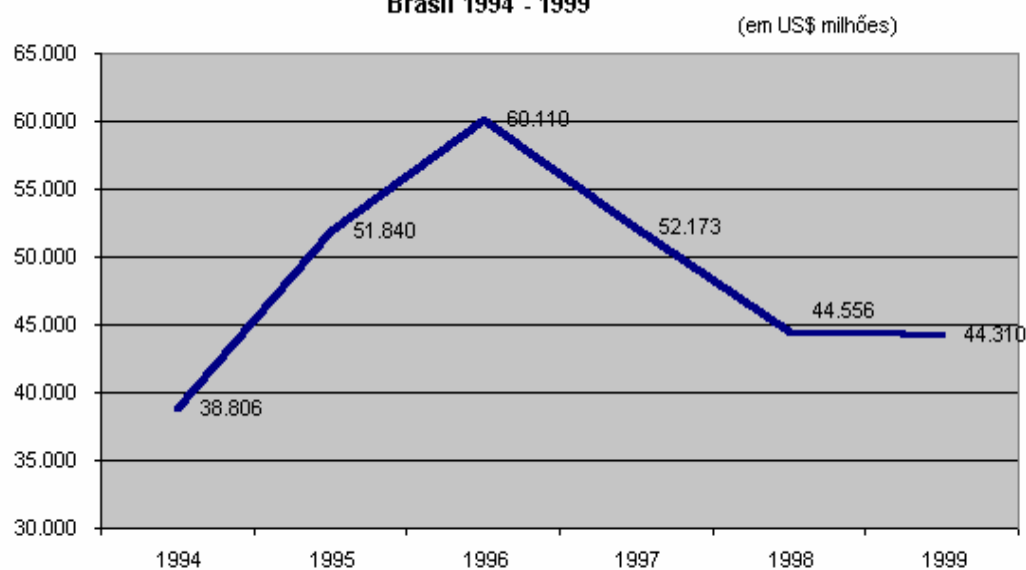


²⁶ Pelo índice Bovespa, formado pelas ações mais negociadas de São Paulo, o lucro girava em torno de 102% -

Fonte: Revista VEJA, 5 de novembro de 1997

GRÁFICO 3

**Gráfico 14 - Reservas internacionais
Brasil 1994 - 1999**



Fonte: Banco Central

Elaboração: DIEESE

Obs.: Em 1999, dados até o mês de maio

evide is o
Banco Central sobre a taxa de juros de 22% para 10%, provocando assim, uma queda no nível de atividade econômica e aumento na taxa de desemprego. Conforme mostra a tabela 10, em 1998 houve um aumento de quase 2% na taxa de desemprego.

TABELA 11

Brasil

Evolução na taxa de desemprego (em %)

ANO	TAXA
1992	5,86
1993	5,30
1994	5,06
1995	4,64
1996	5,42
1997	5,66
1998	7,60
1999	7,61

Fonte: IBGE/pme

O quadro seguinte, tabela 12, mostra os principais indicadores da economia brasileira em 1997 e projeções feitas para 1998 pelos principais analistas do mercado financeiro.

TABELA 12
Principais Indicadores da Economia Brasileira em 1997

ITEM	1997	1998
Balança Comercial	Déficit de UU\$ 10 bilhões	Estimativa: déficit entre 5 e 7 bilhões de dólares
Produto Interno Bruto	Crescimento de 3,5%	Estimativa: crescimento entre 1 e 2 %

Taxa de inflação	Taxa anual: 4,5%	Taxa estimada: entre 3 e 3,5%
Reservas internacionais	US\$ 52 bilhões	Estimativa: variação entre US\$ 45 bilhões a US\$ 56 bilhões.
Investimentos estrangeiros	US\$ 14 bilhões	Estimativa: entre 12 18 bilhões de dólares.

Fonte: Revista Veja, 19 de novembro de 1997

Entretanto, cabe ressaltar que o alcance da crise asiática na economia brasileira, além de ter sido uma reação a turbulências internacionais, ocorreu devido à desordem econômica que afetava o país naquela época. Prova disso eram as constantes reclamações emanadas de críticos da política econômica a respeito dos rombos na balança comercial brasileira. Importava-se mais do que exportava-se, e isso deixava o Brasil numa situação de dependência em relação a capitais internacionais que pudessem financiar o déficit. Havia o temor da fuga destes capitais em um eventual momento de pânico, ocasião em que a armação econômica tenderia a vacilar. Também não andavam satisfatórias as contas públicas, pois o governo gastava mais do que arrecadava, o que aumentava a sua fragilidade. Por fim, havia o intratável problema do câmbio, visto que para manter a inflação sob controle, o governo deixava o real artificialmente valorizado em relação ao dólar. Desta forma, por exemplo, o industrial que insistisse em elevar os preços de suas mercadorias seria imediatamente punido pela importação de artigos estrangeiros a preços mais baixos, os quais eram garantidos pelo câmbio valorizado.

A tabela 13, faz uma comparação na movimentação de fluxos líquidos de capitais para Ásia e América Latina, antes e depois da crise de 1997. Nota-se que na fase de expansão, até 1996, a Ásia liderava as captações, sendo sucedida,

após o início da crise de 1997, pela América Latina. Após essa data, a redução dos fluxos para a Ásia é muito mais intensa do que para a América Latina.

TABELA 13

Fluxos Líquidos de capitais para Ásia e América Latina (US\$ bi), 1990-2000

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ásia											
Fluxos Privados Totais	21,5	37,7	15,0	41,5	67,1	74,4	113,9	18,9	-55,4	2,0	-2,6
Investimento Direto Estrangeiro	9,5	15,2	14,7	33,0	44,7	78,5	55,5	60,2	57,2	53,8	49,3
Investimento de Porta-fólio	-0,9	2,8	12,9	18,0	18,9	19,7	27,1	7,1	6,5	36,6	45,9
Outros Investimentos	12,9	19,7	-12,7	-9,5	3,4	6,3	31,2	-48,4	-119,1	-88,4	-97,8
América Latina											
Fluxos Privados Totais	10,3	24,9	52,7	37,3	42,8	41,6	62,8	68,1	61,8	40,4	39,2
Investimento Direto Estrangeiro	6,6	10,9	13,4	12,2	23,1	24,9	39,3	53,8	56,3	64,2	56,9
Investimento de Porta-fólio	17,5	14,5	24,7	47,2	62,4	2,5	38,0	19,0	19,9	10,4	4,7
Outros Investimentos	-13,8	-0,5	14,6	-221	-42,6	14,2	-14,4	-4,7	-14,5	-34,2	-22,3

Fonte: CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em Crise

6. CONCLUSÃO

Como foi observado ao longo deste trabalho, a Globalização Financeira constitui o estágio mais avançado da internacionalização e da integração da economia mundial capitalista. O aumento do volume e da velocidade de circulação dos recursos financeiros nas diversas economias fez com que os governos perdessem boa parte de sua capacidade de influir na moeda, nos juros e nos investimentos, de forma que, atualmente, as bolsas de valores de todos os países operam conectadas entre si por uma rede de computadores que acompanha cada movimento de compra e venda . Além disso, a Globalização Financeira está diretamente ligada às facilidades de comunicação, informação e avanços tecnológicos, os quais contribuem para a crescente mobilidade de capitais, que por sua vez é promovida devido à desregulamentação e integração dos mercados financeiros.

Diante do surgimento dessa interdependência entre diferentes economias, em que bancos e empresas apresentam-se entrelaçados em operações financeiras, além da aceitação, por parte dos países em desenvolvimento, das políticas de abertura comercial idealizadas pelo Consenso de Washington, podemos concluir que o surgimento de crises e abalos financeiros nas duas últimas décadas foram ocasionadas como consequência da adoção de políticas neoliberais. O neoliberalismo, frente às especulações financeiras exige que exista harmonia entre as transações financeiras de diferentes países, de forma que as políticas econômicas dessas nações caminhem paralelamente.

O que ocorreu com a Ásia, e acabou por atingir outras economias, foi justamente a especulação de seu mercado. Os países emergentes do Sudeste Asiático, desde o início dos anos 1980, cresciam num ritmo extraordinário de 7% ao

ano ou mais. Acompanhavam a locomotiva do Japão, recebendo contratos e investimentos de empresas japonesas. O PIB per capita cresceu, o consumo aumentou, os salários também aumentaram e os bancos concederam crédito à vontade. A especulação surgiu junto com esse empuxo econômico e estava concentrada em ações e imóveis, cujo preço passou em determinado momento a crescer mais do que o desempenho econômico como um todo. No momento em que os investidores perceberam que havia uma falsa prosperidade na valorização desses bens e imóveis a “bolha” explodiu. “Bolhas”(termo metafórico que significa a expansão repentina no mercado cambial e financeiro) explodem de repente, no momento em que se percebe que a ação não vale tanto e que o imóvel dado em garantia por um empréstimo está sobrevalorizado. É nesse ponto que os investidores vendem o que têm, apanham seus dólares, fogem para um lugar mais tranquilo e dão sinal para que todos façam o mesmo. Para resumir, os ativos asiáticos foram reavaliados, o que levou à reavaliação em outros países emergentes, inclusive o Brasil.

Podemos entender que a crise do Sudeste Asiático foi uma crise de confiança, visto que a partir das especulações, geraram-se boatos que deram margem para o surgimento de pânico, o que ocasionou a queda dos índices das mais importantes bolsas de valores do mundo. Até a forte queda da Bolsa de Hong Kong, a crise era passível de ser entendida como apenas asiática. O fato é que Hong Kong provocou a queda da Bolsa de Nova York, que registrou uma das doze maiores quedas da sua história, com efeitos sobre todas as bolsas. A crise então se globalizou pela conjunção de dois fatores. De um lado, houve a percepção de que estava ocorrendo uma crise mais generalizada de financiamento de países emergentes. De outro, a partir da queda de Nova York, houve uma parada para verificar se a bolsa norte-americana não estava sofrendo do mesmo mal da economia asiática, ou seja, vivendo o fim de um ciclo expansionista. A primeira grande crise globalizada — na qual só a África ficou de fora, por não ter os rudimentos do capitalismo — comprova que Karl Marx estava certo quando previu a

unificação do mercado mundial. Estava igualmente certo ao dizer que, no capitalismo, nem os indivíduos, nem os governos podem determinar a economia.

Assim, como houve queda nas mais importantes bolsas de valores do mundo, significativo foi o abalo sofrido pela bolsa brasileira. Como consequência da crise financeira asiática, a fuga de capitais foi inevitável no Brasil. Com isso ocorreu uma desaceleração na economia do país e medidas emergenciais como a elevação da taxa de juros foram importantes para amenizar os reflexos causados. Como exemplos desses reflexos podemos citar a diminuição do crescimento do Produto Interno Bruto, das reservas internacionais e aumento na taxa de inflação, conforme demonstrado nas tabelas de análise. Ademais, o governo brasileiro foi obrigado, às pressas, a criar um pacote fiscal que tinha como objetivo tornar o Brasil menos dependente de financiamentos externos.

Para os países do Sudeste Asiático os reflexos da crise perduraram pelos próximos anos, após 1997. A tabela 11 exemplifica bem a fuga de capitais, tanto de investimentos diretos externos como de investimentos de porta-fólio. Apesar das consequências da crise ter alcançado tanto o Brasil como outros países da América do Sul, observamos uma estabilidade na movimentação dos fluxos de capitais. Como estudado, podemos concluir que, de fato, além dos problemas estruturais enfrentados na economia dos “tigres asiáticos”, a crise foi ocasionada por uma falta de confiança por parte dos investidores, tanto é verdade que estes continuaram com suas transações na América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMANN, Renato et al. *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

BIELSCHOWSKY, R. & STUMPO, G. *Empresas Transnacionales y cambios estructurales en la industria de Argentina, Brasil, Chile y Mexico*. Revista de la CEPAL, (55), abr. 1995

BEIQUELMAN, Paula. *Algumas conseqüências do Consenso de Washington*. O Farol nº 103 – Junho/2003 – FE 24/08/2003)

BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia: teoria e política econômica*. – Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto de século XX*. – São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DARTHEIN, Ricardo. *De Bretton Woods à Globalização Financeira: Evolução, Crises e Perspectivas do Sistema Monetário Internacional*.

DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FILHO, Altair Thury. Choque de realidade. *Revista Veja*. p. 26 a 33, 05 de nov. 1997

FIORI, José Luis et all. *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

_____, José Luís, *60 lições dos 90 – Uma década de neoliberalismo*. São Paulo: Record, 2002.)

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais*, Brasília: Editora UNB, 2002

GLOSSÁRIO: Disponível em: <http://cnb.org.br/html>. Acesso em 25 nov. 2003, 15:55:00

HELD, David. *La democracia y el orden global: del Estado moderno al gobierno cosmopolita*. Barcelona: Paidós, 1997.

O-BELCHIOR, Elysio. *Vocabulário de Termos Econômicos e Financeiros*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1987.

RATTI, Bruno. *Comércio Internacional e câmbio*. 8. Ed. – São Paulo : Editora Aduaneira, 1994

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Glóbalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SILVA, Adriano. O que aconteceu com a Ásia?. *Revista Exame*. Economia. p. 22-27, dez/1997.

SILVA, Roberto Luiz; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *O Brasil e os Acordos Econômicos Internacionais: Perspectivas jurídicas e econômicas com o FMI*. São Paulo: Revista dos tribunais, 2003.

VIEIRA, Lizst. *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

